ISSN 1982-3541
Volume XVIII Número Especial, 2016, 40 - 51

Revista Brasileira
de Terapia Comportamental
e Cognitiva

Da denúncia ao compromisso: servirão os princípios revolucionários para os comportamentalistas?

From denunciation to commitment: are revolutionary principles for behaviorists?

De la denuncia al compromiso: ¿Servirán los principios revolucionarios a los conductistas?

Diego Mansano Fernandes ✉
Júnio Vieira de Rezende ✉✉

Grupo de Estudos e Pesquisas em Delineamentos Culturais – UNESP/Bauru. Laboratório de Aprendizagem, Desenvolvimento e Saúde (LADS) & Faculdade de Saúde Ibituruna (FASI) & Faculdades Integradas do Norte de Minas (FUNORTE), Montes Claros, MG.

RESUMO

Os princípios revolucionários podem orientar análises e ações com potencial efetividade na luta por justiça social. Nesse sentido, notamos que não apenas os princípios comportamentais servem aos revolucionários, como pontua James Holland, mas que os princípios revolucionários também podem servir aos comportamentalistas. Este trabalho tem como objetivo sustentar a validade de tal premissa, a qual aponta para a necessidade permanente do debate ético e político de exame das consequências que selecionam as práticas científicas e profissionais dos analistas do comportamento. Para tanto, analisamos o significado de "revolução" para Holland, a fim de situar seu texto no debate político; pontuamos parcialmente as bases políticas e econômicas das condições atuais de vida; e, por fim, apresentamos um movimento social contemporâneo de caráter revolucionário e sugerimos sua compatibilidade com a filosofia behaviorista radical no que tange às visões de mundo e de indivíduo, o Deep Green Resistance.

Palavras-chave: revolução; comportamentalismo; análise comportamental da cultura; anticapitalismo.

✉ mansanofernandes@gmail.com
✉✉ rezende.jv@gmail.com

ABSTRACT

Revolutionary principles can guide analysis and actions that are potentially effective in the struggle for social justice. In that sense, we note that not only behavioral principles are for revolutionaries, as James Holland points out, but also that revolutionary principles are for behaviorists. This article aims to validate this premise, which points to the permanent need of the ethical and political debate on the consequences that guide scientific and professional practices of behavior analysts. Therefore, we analyze the meaning of "revolution" to Holland, in order to situate his speech in the political debate; we point to some political and economic bases of current life conditions; and finally we present a contemporary and revolutionary social movement called Deep Green Resistance, considering its compatibility with some concepts of the radical behaviorist philosophy.

Keywords: revolution; behaviorism; behavioral analysis of culture; anticapitalism.

RESUMEN

Los principios revolucionarios pueden guiar los análisis y acciones con posible eficacia en la lucha por la justicia social. En este sentido, observamos que no sólo los principios conductuales sirven a los revolucionarios, como señala Holland, pero los principios revolucionarios también pueden servir a los conductistas. Este trabajo tiene como objetivo sostener la validez de esta premisa, la cual señala a la necesidad permanente del debate ético y político acerca de las consecuencias que seleccionan las prácticas científicas y profesionales de los conductistas. Por lo tanto, analizamos el significado de la revolución a Holland con el fin de situar su texto en el debate político; parcialmente señalamos bases políticas y económicas de las condiciones de vida actuales; y, por último, presentamos un movimiento social contemporáneo de carácter revolucionario y sugerimos su compatibilidad con la filosofía conductista radical con respecto a visiones del mundo y del individual, lo Deep Green Resistance.

Palabras-claves: revolución; conductivismo; análisis conductual de la cultura; anticapitalismo.

Em evento recente nos EUA sobre a história da Análise do Comportamento, James G. Holland dividiu sua carreira em dois distintos âmbitos de atuação: instrução programada e investigação de operantes simples relacionados a ela, e, "na falta de uma palavra melhor, ativismo social" (Holland, 2013). No primeiro âmbito estão trabalhos de relevância, em especial o manual programado de análise do comportamento (Holland & Skinner, 1961), além de contribuições na área de programação de contingências para ensino de habilidades criativas e artísticas (Holland, Solomon, Doran, & Frezza, 1976). O segundo âmbito de sua carreira, o ativismo social, envolveu participações em movimentos revolucionários como as Brigadas Venceremos, em Cuba, e suas análises políticas de seu próprio campo profis-

sional, que resultou em denúncias de problemas na comunidade de analistas do comportamento, como é o caso específico do texto tema desta edição comemorativa, *Servirão os princípios comportamentais para os revolucionários?*, de 1975, entre outros (cf. Holland, 1974a, 1974b, 1975a, 1978a, 1978b, 1978c, 1980).

Para além de questionar a utilidade técnica dos princípios comportamentais a atividades humanas em geral, utilidade esta que levantaria pouca objeção por parte da comunidade analítico-comportamental, Holland enfatizou as possibilidades de atuação dos comportamentalistas no âmbito de reformas sociais e no papel de agentes da mudança institucional que compreendeu como necessária. Nesse sentido, se tais mudanças não ocorreram da forma como esperava, especialmente após o colapso das alternativas revolucionárias, sua pergunta continua pertinente após quatro décadas?

Com vistas a dar sequência ao debate proposto por Holland, invertemos sua pergunta inicial: servirão os princípios revolucionários para os comportamentalistas? Embora ainda seja difuso, na Análise do Comportamento, o debate ético e político que possa sustentar a prescrição de práticas revolucionárias (cf. Botomé, 1979; Carrara, 2002; Dittrich, 2004, 2010; Dittrich & Abib, 2004; Michael, 1977; Micheletto & Sério, 2002), nosso objetivo é apontar sua pertinência mediante uma discussão dos sentidos em que o autor utilizou o termo revolução; uma exposição das condições de vida no mundo contemporâneo; e a ilustração dessa perspectiva com o movimento revolucionário contemporâneo *Deep Green Resistance*, dotado de um radicalismo compatível com o Behaviorismo Radical.

CONTEXTUALIZANDO O ATIVISMO SOCIAL DE HOLLAND

Em trabalho recente, Biglan (2015) apresenta lúcida descrição do trajeto de desenvolvimento do capitalismo corporativo no contexto estadunidense a partir dos anos 1970. Limitadas pela opinião pública e pelas práticas restritivas governamentais de então, e com o consequente avanço de medidas progressistas, as forças conservadoras uniram-se em esforços combinados com vistas à retomada de espaço por meio de investimentos em produção acadêmica e cultural de intelectuais conservadores, da defesa de práticas não intervencionistas nos setores comerciais e de propaganda, e da formação de organizações de defensoria jurídica para seus interesses comuns[1]. Os principais resultados ao longo das décadas foram a desregulamentação da economia, a redução dos impostos para grandes fortunas e o crescimento dos setores conservadores nas diversas esferas do poder público. Em linhas gerais, o agravamento da desigualdade social estadunidense e a pior crise econômica desde a grande depressão (Hacker & Pierson, 2010a, 2010b).

No campo da política externa, a União Soviética passava por um período de estagnação econômica e despontava nas corridas espacial e armamentista sob o comando de Leonid Brejnev. O governo Nixon estava permeado por escândalos, além das insurreições e revoluções que ocorriam no denominado Terceiro Mundo, em especial Cuba, Nicarágua

[1] Um bom exemplo de como tal movimento se articula na América do Sul e no Brasil nos dias de hoje pode ser visto em Amaral (2015).

e China, enquanto o Vietnã e o Oriente Médio, mais especificamente com a crise do petróleo e a revolução dos Aiatolás, "enfraqueceram os EUA, embora isso não alterasse o equilíbrio global das superpotências" (Hobsbawn, 1995, p. 193).

Sobre o desenvolvimento profissional e científico da Análise do Comportamento, a despeito da suposta Revolução Cognitiva, nos anos 1950, o apogeu do Behaviorismo como prática cultural científica e social se deu nas duas décadas seguintes. B. F. Skinner adquiria notoriedade pública, especialmente com a retomada de *Walden II* por movimentos da contracultura e por seu polêmico best-seller *Beyond Freedom and Dignity* (Cruz, 2010; Rutherford, 2009; Skinner, 1984). A modificação de comportamento avançava sistematicamente – sendo uma das evidências disso a criação, em 1968, do *Journal of Applied Behavior Analysis* – e começava a produzir controvérsias tanto na opinião pública quanto entre os próprios analistas do comportamento, como relatam Baer, Wolf e Risley (1987), Michael (1980) e, retrospectivamente, Rutherford (2006, 2009).

Tal como as críticas à época, trabalhos recentes de analistas do comportamento que investigam fenômenos culturais apontam para a necessidade de ferramentas de atuação prática e transformadora da realidade social (para alguns exemplos, cf. Biglan, 1988, 2003, 2015; Dittrich, 2010; Luke & Alavosius, 2012; Mattaini, 2013; Mattaini & Alavosius, 2014; Melo, Castro & de Rose, 2015). Esforços na direção da problematização e proposição dos valores orientadores dessas práticas são uma constante na produção científica (Melo, Castro & de Rose, 2015), e o trabalho de James Holland talvez seja uma das mais icônicas expressões dessa problematização, com destaque para seu amplo espectro e para a contundência de seus argumentos (cf. Holland, 1978a). Tais características podem ser corretamente apreciadas apenas sob a luz dos valores[2] que fundamentaram suas críticas e orientaram seu trabalho aplicado ("ativismo social"), os quais serão analisados a seguir.

MAS O QUE É REVOLUÇÃO, AFINAL?

A perspectiva social do trabalho de James Holland é produto do século XX. Quando o autor se perguntou sobre a utilidade dos princípios desenvolvidos por uma ciência do comportamento para os ideais revolucionários – da qual nunca duvidou (Holland, 2013) – não falava de qualquer tipo de revolução, mas dos modelos em curso em seu tempo. Compreender sua perspectiva revolucionária se faz imprescindível para qualquer afirmação sobre possíveis contribuições de sua análise comportamentalista para os problemas contemporâneos.

Cientes das limitações epistemológicas de uma pesquisa conceitual, precisamente os limites exercidos "pelo cenário atual, pelos efeitos dos cenários semelhantes no passado, pelos efeitos sobre o ouvinte conducentes à precisão, exagero ou falsificação, e assim por diante" (Skinner, 1974, p. 118), buscamos nos textos políticos de Holland (1974a, 1974b, 1975a, 1975b, 1978a, 1978b, 1978c, 1980) os significados que atribuiu à palavra *revolução*.

O apelo à transformação do "Homem" e da sociedade em outros fundamentalmente diferentes são temas

[2] A expressão valores é utilizada no sentido skinneriano, a saber, um valor é outro nome para consequências reforçadoras do comportamento (cf. Skinner, 1971).

candentes na produção do Holland ativista social. Tais características podem ser vistas em uma descrição geral de suas ideias, presente no *Servirão*...:

> Suponhamos que a meta da sociedade revolucionária consista em que todos os cidadãos sejam realmente iguais em status e em acesso aos bens materiais (sem a possibilidade de que um grupo acumule riqueza à custa de outros). Assim, não haveria exploração. O foco seria na sabedoria do grupo, e o sucesso individual seria medido em termos de sua contribuição para as realizações grupais, e não para a ganância individual. Seria preciso que o altruísmo substituísse o antigo sistema de reforçamento da competência, da acumulação de riqueza, e da ascensão ao sistema de poder da elite. A sociedade teria valores como o orgulho pelo trabalho realizado. O trabalho dos trabalhadores e dos camponeses seria recompensado. (Holland, 1975b, p. 278)

Ainda no mesmo texto, Holland (1975b) afirma que tais características são o horizonte de boa parte das sociedades revolucionárias existentes, mas nenhuma teria conseguido alcançá-lo integralmente porque suas reformas, ainda que profundas, não produziram um "novo Homem". "Para que tenham êxito, os sistemas de reforçamento precisam mudar. A revolução requer um homem novo" (Holland, 1975b, p. 278).

Na direção da produção desse "Homem novo", um "Homem revolucionário", o momento em que declara mais abertamente seus compromissos ideológicos – ou que ficam evidentes os controles de seu comportamento – parece ser o texto *Behaviorismo para uma sociedade revolucionária* (Holland, 1975a). Ao discutir mal entendidos populares a respeito do Behaviorismo Radical skinneriano, tomado frequentemente como reacionário, Holland afirma que tal filosofia fornece bases sólidas para a análise das contradições do sistema capitalista, a qual poderia "indicar contingências para um sistema revolucionário alternativo que seriam mais condizentes com a visão de homem produzida em nossos laboratórios" (p. 1). Tal visão de homem, a visão da Análise Experimental do Comportamento, seria a que "oferece uma base racional para o revolucionário que se dispõe a mudar os sistemas" (p. 4), além de ser "coerente com uma *crítica socialista* de nosso sistema; e . . . compatível com um *sistema socialista* [ênfase adicionada]" (p. 1).

Dentre as sociedades revolucionárias existentes à época, Cuba e China receberam mais atenção de Holland (1975a, 1975b, 1980). Sobre a China, o autor identificou uma série de vantagens de seu sistema social, tais como a coletivização profunda em pequenos grupos de não mais de 20 pessoas, as decisões coletivas das tarefas de trabalho e dos sistemas de reforçamento social e o valor depositado no reforçamento intrínseco do trabalho – ao contrário das sociedades capitalistas e do sistema assalariado de divisão do trabalho, raiz social da alienação e exploração. Com Cuba, a relação é mais próxima, tendo em vista que viajou ao país algumas vezes e publicou um relato extenso sobre suas experiências com as brigadas de trabalhadores voluntários. Para Holland, a despeito de não ter atingido todos os seus objetivos, a ilha caribenha "detém um fascínio especial para um psicólogo comportamental porque os cubanos resolveram muitos dos problemas humanos e sociais que nossas profissões 'de ajuda' encontram muitas dificuldades para amenizar" (Holland, 1978c, p. 21).

Em ambos os sistemas, Holland (1978c, 1980) identificou a possibilidade do surgimento de um "novo Homem", mesmo que sem o envolvimento direto de psicólogos e analistas do comportamento. Ao final do mesmo texto de 1978, o autor define brevemente *revolução*, e a ênfase está no caráter radical das mudanças sociais: "A revolução pode ser entendida como uma mudança de contexto para um em que as necessidades de todos são alcançadas pela ação coletiva de todos" (p. 27). Um "Homem revolucionário", comprometido com o bem do grupo e de sua cultura (conforme Skinner, 1971), só seria possível por meio de mudanças coletivas que produzissem as condições necessárias para seu surgimento.

Para Holland, portanto, "há um importante papel para a ciência da modificação do comportamento na realização do homem revolucionário" (Holland, 1974a, p. 35). Reside aí o coração de sua perspectiva revolucionária, a saber, o esboço de uma aproximação entre o projeto socialista – explícito nas palavras de Holland – e radical (no sentido de mudanças drásticas e fundamentais) para uma nova humanidade com a ciência e a filosofia do comportamento adequados para atingi-lo.

VIDA CONTEMPORÂNEA E NECESSIDADES REVOLUCIONÁRIAS

A ocasião de publicação de *Servirão...* (Holland, 1975b) oferecia alguma esperança aos objetivos utópicos e revolucionários, mas, na contemporaneidade, como pontua Jameson (2005), é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. A falha em produzir um "novo Homem" por parte das alternativas socialistas reais já havia sido notada por Holland (1974a, 1975b, 1978c), mas o colapso da União Soviética contribuiu para a expansão e consolidação desse sentimento.

Com Elliot (2008), há uma interpretação da história que afirma que a possibilidade de uma revolução socialista foi sepultada com a queda do muro de Berlim, em 1989, e o capitalismo, portanto, estaria consolidado de tal forma que seria irreversível como sistema sociopolítico. Se antes desse fato histórico o próprio Holland era considerado um romântico por aderir à revolução (Fernandes, 2015), no século XXI o ostracismo a essa postura é evidente na ausência do discurso revolucionário na política institucional, com exceções pontuais.

Apesar do "fim da história" e da vitória do capitalismo, as condições de vida da população global não melhoraram. Conforme visto em Biglan (2015) e Hacker e Pierson (2010a, 2010b), a concentração de renda nos EUA aumentou de forma inédita na segunda metade do século XX. Dados globais atuais afirmam que a riqueza das 85 pessoas mais ricas é maior do que a de 3,5 bilhões de pessoas, com a metade da riqueza produzida mundialmente pertencendo a 1% da população (Fuentes-Nieva & Galasso, 2014). No Brasil, apesar da melhoria no quadro geral nas últimas décadas, dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2013) mostram que o crescimento da riqueza do topo da pirâmide foi muito maior do que o crescimento na base, com o contingente de 1% dos mais ricos tendo obtido um ganho cem vezes maior do que o obtido pelos 10% mais pobres.

A evolução do cenário político é semelhante. Algumas das preocupações de Holland com a democracia nos EUA residiam no campo da tomada de decisões políticas e institucionais, notadamente beneficiárias àqueles com poder financeiro para custear o "fazer político". Dados da época (Domhoff,

1967) apontavam o domínio das elites econômicas na escolha de nomes chave para a governança[3]. Pesquisas atuais (Gilens & Page, 2014) sustentam que "quando a maioria dos cidadãos discorda das elites econômicas ou com interesses organizados, eles geralmente perdem" (p. 576). Ao atualizar sua análise, Domhoff (2013) continua a sustentar a teoria do domínio das elites econômicas. No Brasil, Campos (2010) traça um paralelo entre o papel das forças econômicas e a atuação do Estado, afirmando que a participação popular nas decisões é limitada pelos interesses da agenda neoliberal. Francisco (2006) encontra descrença e apatia de grandes setores da população brasileira na democracia representativa, diretamente relacionadas à exclusão social e à marginalização de seus interesses.

A preocupação de Holland (1975b) com o potencial controle social de massas por meio da tecnologia eletrônica hoje é realidade. A ubiquidade das redes sociais virtuais, da telefonia móvel, entre outros serviços, e do monitoramento estatal, aliada ao armazenamento praticamente ilimitado dos dados provenientes dessas comunicações deram origem a uma capacidade inédita de vigilância estatal e corporativa (Assange, 2014; Assange, Appelbaum, Müller-Maguhn, & Zimmermann, 2012). Uma série de documentos sigilosos tornados públicos por um ex-funcionário da Agência Nacional de Segurança (NSA) dos EUA em 2013 revelam, entre outras ações, assassinatos em países estrangeiros a partir de interceptação e registro de comunicações individuais em escala global e espionagem de chefes de Estado ao redor do mundo, incluindo o Brasil (Greenwald, 2014; Poitras, Bonnefoy, & Wilutzky, 2014).

O estado de degradação ambiental era um problema já evidente nas décadas de 1960 e 1970, e "estamos agora naquele precipício, em que tudo que estamos acostumados está em estado de colapso" (Perlingieri, 2009). O crescimento caótico e desenfreado dos centros urbanos responde por boa parte desses efeitos, e os reflexos podem ser observados na qualidade de vida de suas populações diante da inviabilidade do atendimento da descomunal demanda em serviços básicos como saneamento, alimentação, transporte, educação, entre outros (Maricato, 2011).

REVOLUÇÃO E RADICALISMO

Ao clamar aos comportamentalistas que identificassem as fontes sociopolíticas das mazelas sociais e tomassem uma posição a respeito, Holland (1974b) fez um diagnóstico das mazelas de sua época. Ao atualizar esse diagnóstico a fim de reiterar as prescrições de Holland, a situação mostra-se ainda pior, como apresentamos na seção anterior. É ponto pacífico na literatura das ciências sociais identificar o sistema econômico capitalista — na aliança entre os Estados e as elites financeiras — na raiz dos problemas elencados, motivo pelo qual movimentos anticapitalistas constituem uma forma típica de contracontrole. O anticapitalismo caracteriza-se basicamente pelos objetivos de socialização do trabalho e do controle do comportamento. A fim de pontuar a atualidade do pensamento revolucionário e a compatibilidade de sua análise social típica com os princípios comportamentais, analisamos brevemente nesta seção o movimento anticapitalista *Deep Green Resistance* (DGR).

[3] Para uma análise comportamental das contingências políticas nos EUA e em outros países, conferir Lamal (1991, 1992, 1997).

O DGR é um movimento social orientado pela garantia dos direitos humanos e animais, justiça social e equilíbrio ecológico, o que o torna não apenas um movimento anticapitalista como também ambientalista, feminista, antirracista e indigenista. Ele se define como uma análise, uma estratégia e uma organização: "como análise, ele revela a civilização como a instituição que está destruindo a vida na Terra. Como estratégia, ele oferece um plano concreto sobre como parar essa destruição. Como uma organização, *Deep Green Resistance* está implementando essa estratégia" (http://deepgreenresistance.org/pt/). O DGR é revolucionário ao propor o desmantelamento da cultura global (a civilização industrial) em suas bases, como a produção industrial de alimentos e o uso de combustíveis fósseis. Para que uma cultura global sustentável emerja, o DGR advoga que a civilização industrial seja destruída. Tal meta seria alcançada por meio de dois objetivos principais: a construção de uma cultura de resistência – que extrapola o anseio, típico dos séculos XIX e XX, de construção de sistemas sociais alternativos – e a efetiva destruição da civilização industrial por meio do desmantelamento da infraestrutura dessa cultura, por ações não-violentas ou violentas (McBay, Keith, & Jensen, 2011).

Dessa forma, tal como na proposta de Holland (1974b), o planejamento cultural é elemento central na proposta do DGR. Uma análise da história da esquerda política ocidental, do século XIX em diante, é realizada para apontar a ausência desse planejamento. "Durante os anos sessenta, a esquerda estava dividida entre a contracultura hedonista, drogas e 'apoliticismo místico', e, de outro lado, uma cultura de protesto que tinha uma análise crítica, mas falhou por falta de uma estratégia de longo prazo" (McBay, Keith, & Jensen, 2011, p. 188). A fim de implementar seu planejamento, um elemento central da proposta do DGR é a produção de certas contingências sociais na constituição da cultura de resistência, com especial atenção às contingências verbais.

As contingências verbais são compostas por educação política e sistemas de organização social que garantam a efetividade das ações e a manutenção da cultura ao longo das gerações. Nesse sentido, são valorizadas a análise e a estratégia e preconizados arranjos tais como o uso de sistemas hierárquicos em contextos de ações paramilitares e a consideração da participação de todo o grupo, com a valorização conjunta do "idealismo e coragem típicas da juventude, com o conhecimento, a experiência e o pensamento a longo prazo da maturidade" (McBay, Keith, & Jensen, 2011, p. 189), ambos — hierarquia e autoridade — elementos frequentemente rejeitados por algumas filosofias políticas revolucionárias. Em suma, tal cultura de resistência atuaria na produção do "homem novo" citado por Holland (1974b, 1980): "Os ativistas de que nos lembramos foram formados por seus contextos, por uma cultura de resistência" (McBay, Keith, & Jensen, 2011, p. 182).

Quanto aos pressupostos filosóficos de sua análise sociopolítica, o DGR rechaça o idealismo e o naturalismo (ou biologicismo) em prol do materialismo e do construtivismo social (McBay, Keith, & Jensen, 2011). Como consequência política, o indivíduo — e as prerrogativas conferidas a ele pelo Iluminismo — é retirado do foco da vida social para dar lugar à classe (ou grupo), sendo identificado na relação entre as classes sociais o controle a ser alterado pela revolução. Essas oposições são identificadas por McBay, Keith e Jensen (2011), em jargão político, com a dicotomia liberalismo -radicalismo.

Liberal	Radical
Individualismo	Grupo ou Classe
Idealismo	Materialismo
Naturalismo	Construtivismo
Voluntarismo	Determinismo social
Moralismo	Ética feminista

Figura 1. Liberalismo *versus* radicalismo conforme McBay, Keith e Jensen (2011, p. 66).

Enquanto o valor analítico da dicotomia política liberalismo-radicalismo carece de tratamento adequado no âmbito do Behaviorismo Radical, a caracterização, pelo DGR, do radicalismo permite afirmar uma identidade ontológica comum entre DGR e Behaviorismo Radical. Quanto à visão de mundo, o monismo, o materialismo e o determinismo que compõem a ontologia behaviorista radical (Morris, 1997) podem ser utilizados igualmente para descrever a proposta do DGR. Além disso, a oposição do radicalismo ao liberalismo permite identificar o segundo com o mentalismo, alvo de extensa crítica pelo Behaviorismo Radical (e.g., Skinner, 1971, 1974). Segundo McBay, Keith e Jensen (2011, p. 184), dizer que "a única maneira de mudar as coisas é mudar o coração e a mente das pessoas individualmente", constitui o "liberalismo condensado em uma sentença".

Outra aproximação com o Behaviorismo Radical é pelo pragmatismo. Ao proporem quatro categorias de respostas políticas – alterações nas leis, ação direta, isolacionismo e espiritualidade –, McBay, Keith e Jensen (2011) afirmam que qualquer uma delas pode ser utilizada por liberais ou radicais, pois "o que define essas quatro categorias como liberais ou radicais é o modo como são utilizadas. É o objetivo final que irá ditar seu uso estratégico, e é o objetivo que é liberal ou radical" (p. 103).

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

James Holland atuou como ativista social e fez uso da Análise do Comportamento para dar sentido a seus ideais revolucionários. Seu papel foi o de denúncia dos abusos cometidos pelos seus próprios pares, analistas do comportamento que atuavam culpabilizando as vítimas do sistema modificando comportamento de indivíduos, ao invés de alterar as contingências sociais amplas responsáveis por tais comportamentos. Além de tudo, buscou uma síntese entre uma perspectiva revolucionária socialista e as ciência e filosofia do comportamento que pautam sua atuação.

Nos dias atuais, perspectivas revolucionárias são taxadas de utópicas, como aconteceu com o próprio Holland (Fernandes, 2015). Entendemos a Análise Comportamental da Cultura como uma forma de dar continuidade ao trabalho de denúncia social de James Holland, por meio de análises de contingências sociais, denúncia de sistemas de reforçamento e punição exploradores e opressores, e a proposição de soluções aos problemas humanos por meio da aplicação dos princípios comportamentais.

Por sua análise e sua estratégia, o DGR proporciona um exemplo de movimento revolucionário contemporâneo digno de nossas considerações científicas e políticas. A Análise Comportamental da Cultura, por sua vez, ampliou-se e consolidou-se desde o *Servirão...* Com ela, também se consolidou um interesse por parte dos analistas do comportamento pelos rumos da sociedade. A pergunta que cabe hoje, portanto, é se os princípios revolucionários servirão aos comportamentalistas. Em outras palavras, se seremos capazes de nortear nossa ciência a partir de valores claros e que façam

jus à magnitude do desafio que o colapso iminente da cultura global nos impõe.

REFERÊNCIAS

Amaral, M. (2015, 23 de junho). A nova roupa da direita. *Agência Pública*. Retirado de http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita.

Assange, J. (2014). *When Google met WikiLeaks*. New York ; London: OR Books.

Assange, J., Appelbaum, J., Müller-Maguhn, A., & Zimmermann, J. (2012). *Cypherpunks: Freedom and the future of the internet*. New York; London: OR Books.

Baer, D., Wolf, M., & Risley, R. (1987). Some still current dimensions of applied behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis, 20*, 313-327.

Biglan, A. (1988). Behavior analysis and the larger context. *Behavior Analysis*, *23*, 25-32.

Biglan, A. (2003). Selection by consequences: One unifying principle for a transdisciplinary science of prevention. *Prevention Science*, *4*(4), 213-232.

Biglan, A. (2015). *The nurture effect: How the science of human behavior can improve our lives & our world*. Oakland, CA: New Habingen Publications, Inc.

Botomé, S. P. (1979). A quem nós, psicólogos, servimos de fato? *Psicologia*, *5*, 1-15.

Campos, R. S. (2010). *Escolhas políticas, decisões econômicas e consequências sociais: Um estudo sobre os impactos da democracia procedimental e do neoliberalismo na América Latina e no Brasil*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Porto Alegre, Brasil.

Carrara, K. (2002). Retomando a pergunta de Holland: "Servirão os princípios comportamentais para os revolucionários?". In H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Contribuições para a construção da teoria do comportamento* (pp. 218-225). Santo André: ESETec.

Cruz, R. N. da. (2010). Possíveis relações entre o contexto histórico e a recepção do behaviorismo radical. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *30*(3), 478-491.

Dittrich, A. (2004). *Behaviorismo radical, ética e política*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Filosofia. São Carlos, Brasil.

Dittrich, A. (2010). Análise de consequências como procedimento para decisões éticas. *Revista Perspectivas*, *1*(1), 44-54.

Dittrich, A., & Abib, J. A. D. (2004). O sistema ético skinneriano e conseqüências para a prática dos analistas do comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *17*(3), 427-433.

Domhoff, W. G. (1967). *Who rules America?* Eaglewood Cliffs: Prentice Hall.

Domhoff, W. G. (2013). *Who rules America: The triumph of the corporate rich*. 7th ed. New York: McGraw-Hill.

Elliott, G. (2008). *Ends in sight: Marx/Fukuyama/Hobsbawn/Anderson*. Ann Arbor, Mich: Pluto Press.

Fernandes, D. M. (2015). Uma breve conversa com James Holland. *Comportese*. Recuperado de http://comportese.com/2015/06/breve-conversa-com-james-holland/

Francisco, M. N. T. (2006). *Democracia e déficit de participação política no Brasil*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Porto Alegre, Brasil.

Fuentes-Nieva, R., & Galasso, N. V. (2014). *Working for the few: Political capture and economic inequality*. Recuperado de https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.

org/files/bp-working-for-few-political-capture-economic-inequality-200114-en.pdf

Gilens, M., & Paige, B. (2014). Testing theories of american politics: Elites, interest groups, and average citizens. *Perspectives on Politics*, *12*(3), 564-581.

Greenwald, G. (2014). *No place to hide. Edward Snowden, the NSA, and the Surveillance State.* London: Penguin Books.

Hacker, J. S., & Pierson, P. (2010a). *Winner-take-all politics: How Washington made the rich richer – and turned its back on the middle class*. New York: Simon and Schuster.

Hacker, J. S., & Pierson, P. (2010b). Winner-take-all politics: Public policy, political organization, and the precipitous rise of top incomes in the United States. *Politics and Society, 38*, 152– 204.

Hobsbawn, E. J. (1995). *Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.

Holland, J. G. (1974a). Behavior modification for prisoners, patients, and other people as a prescription for the planned society*. The Prison Journal*, *54*(1), 23-37.

Holland, J. G. (1974b). Political implications of applying behavioral psychology. In R. Ulrich, T. Stachnik & J. Mabry (Eds.), *Control of human behavior: Behavior modification in education* (pp. 413-419). Glenview, Il: Scott, Foresman.

Holland, J. G. (1975a). *Behaviorismo para uma sociedade revolucionária* [Mimeo]. Núcleo Paradigma – Centro de Ciências e Tecnologia do Comportamento, São Paulo, SP.

Holland, J. G. (1975b). Servirán los princípios conductuales para los revolucionários?. In F. S Keller & E. R. Iñesta (Orgs.), *Modificación de conducta: Aplicaciones a la educación* (pp. 256-281). México: Trillas.

Holland, J. G. (1978a). Behaviorism: part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, *11*(1), 163-174.

Holland, J. G. (1978b). Toward a solution: A rejoinder. *Journal of Applied Behavior Analysis*, *11*(1), 185-187.

Holland, J. G. (1978c). To Cuba with the Venceremos Brigade. *Behaviorists for Social Action*, *1*, 21-28.

Holland, J. G. (1980). Alternative social systems: An analysis of behavior change in China and Cuba. In D. Glenwick & L. Jason (Eds.), *Behavioral community psychology: Progress and prospects* (pp. 388-408). New York: Praeger.

Holland, J. G. (2013). *A panel discussion in the history of behavior analysis*. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=YavB86tHcdo.

Holland, J. G., & Skinner, B. F. (1961). *The analysis of behavior: A program for self-instruction*. New York: McGraw-Hill Book Company, Inc.

Holland, J. G., Solomon, C., Doran, J., & Frezza, D. A. (1976). *The analysis of behavior in planning instruction*. Reading: Addison-Wesley.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2013). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Recuperado em 22 de junho de 2015, de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/

Jameson, F. (2005). *Archeologies of the future: The desire called utopia and other science fictions*. London, New York: Verso.

Lamal, P. A. (1991). *Behavior analysis of societies and cultural practices*. New York: Hemisphere.

Lamal, P. A., & Greenspoon, J. (1992). Congressional metacontingencies. *Behavior and Social Issues*, *2*(1), 71-81.

Lamal, P. A. (1997). *Behavior analytic perspectives on cultural practices*. Westport: Praeguer.

Luke, M. M., & Alavosius, M. (2012). Impacting community sustainability through behavior change: A research framework. *Behavior and Social Issues*, *21*, 54-79.

Maricato, E. (2011). Apresentação: a permanência das ideias fora do lugar. In F. L. Burnett (Ed.), *Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista: A fetichização dos planos diretores participativos* (pp. 15-18). São Paulo: Annablume.

Mattaini, M. (2013). Constructing justice [Editorial]. *Behavior and Social Issues*, *22*, 1-4.

Mattaini, M., & Alavosius, M. (2014). "Saving the world" with a Matrix [Editorial]. *Behavior and Social Issues, 21*, 1-4.

McBay, A., Keith, L., & Jensen, D. (2011). *Deep green resistance: Strategy to save the planet*. Ney York: Seven Stories Press.

Melo, C. M., Castro, M. S. L. B., & de Rose, J. C. C. (2015). Some relations between culture, ethics and technology in B. F. Skinner. *Behavior and Social Issues*, *24*, 39-55.

Michael, J. (1977). Radical behaviorism as a way of life. In J. E. Krapfl & E. Vargas (Orgs.), *Behaviorism and ethics* (pp. 293-303). Kalamazoo: Behaviordella.

Michael, J. (1980). Flight from behavior analysis. *The Behavior Analyst*, *3*(2), 1-21.

Micheletto, N., & Sério, T. M. A. P. (2002). Passados 30 anos: "Os princípios comportamentais servirão para os revolucionários?". In H. J. Guilhardi, M. B. B. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Contribuições para a construção da teoria do comportamento* (pp. 241-248). Santo André: ESETec.

Morris, E. K. (1997). Some reflections on contextualism, mechanism and behavior analysis. *The Psychological Record*, *47*, 529–542.

Perlingieri, I. S. (2009). *The worldwide environmental crisis. Gone missing: The precautionary principle*. Recuperado de http://www.globalresearch.ca/the-worldwide-environmental-crisis/12268

Poitras, L. (Produtora/Diretora), Bonnefoy, M., & Wilutzky, D. (Produtores). (2014). *Citizenfour* [Filme]. EUA & Alemanha: Praxis Filmes, Participant Media, & HBO Films.

Rutherford, A. (2006). The social control of behavior control: behavior modification, individual rights, and research practice in America, 1971-1979. *Journal of the History of the Behavioral Sciences, 42*(3), 202-220.

Rutherford, A. (2009). *Beyond the box: B. F. Skinner's technology of behavior from laboratory to life, 1950s-1970s*. Toronto: University of Toronto Press.

Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Bantam/Vintage Books.

Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. Nova York: Alfred A. Knopf.

Skinner, B. F. (1984). *A matter of consequences*. Nova York: New York University Press.